

PORTE PAGO DR/BSB ISR-47-103/89
S.F.ASS. PARLAMENTAR DO EMFA

PORTARIA ANEXO 1 - SF

70160-000 BRASILIA

DCNI-0001 DCNII-0002 DCNC-0001

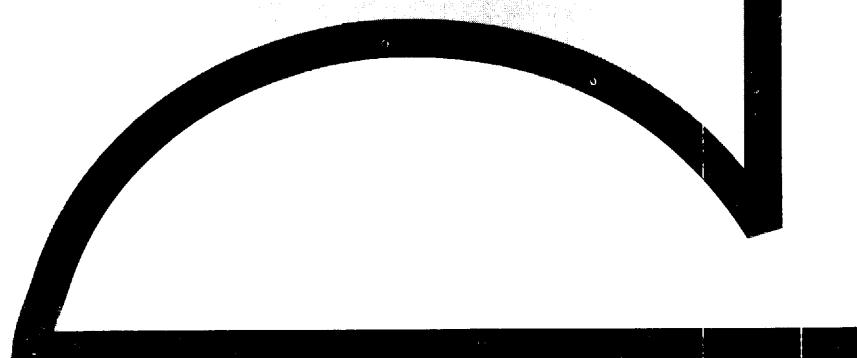
- DF



EXCELENTE



Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice - Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i> Suplentes de Secretário <i>1º Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Waldeck Omelas - PFL - BA (3)</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Elcio Alves - PFL - ES</i> Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Vilson Kleinübing - PFL - SC</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i>	LIDERANÇA DO PMDB Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Cádios Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvam Borges</i>	LIDERANÇA DO PSDB Líder <i>Sergio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> <i>Coutinho Jorge</i>
LIDERANÇA DO PFL Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i>	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PPB Líder <i>Epitacio Cafeteira</i> Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Esperidião Amin</i>
		LIDERANÇA DO PTB Líder <i>Odacir Soares</i>
		Atualizada em 13-04-98

(1) Reeleitos em 02-04-97.

(2) Designação: 16 e 23-11-95.

(3) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 07.04.98.

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Correia Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baer</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISE)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 32ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE ABRIL DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 135, de 1998 (nº 459/98, na origem), de 15 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor João Batista da Silva Fagundes para exercer o cargo do Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga reservada a advogado e decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo César Cataldo. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1.2.2 – Requerimento

Nº 255, de 1998, de autoria do Senador Arthur da Távola e outros Srs. Senadores, solicitando inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. Dr. Sérgio Roberto Vieira da Motta, Ministro de Estado das Comunicações, ocorrido no dia 19 do corrente. Aprovado, após usarem da palavra os Senadores Arthur da Távola e Mauro Miranda.

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR LAURO CAMPOS – Reflexão sobre o massacre dos sem-terra, em Eldorado dos Carajás, no sul do Estado do Pará, que completou dois anos no último dia 17.

SENADOR BELLO PARGA – Considerações sobre a atuação parlamentar do Senador Waldeck Ornelas, que assumiu o Ministério da Previdência Social. Trabalho do Ministro Waldeck Ornelas, onde faz uma análise do sistema previdenciário no Brasil.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Homenagem de pesar pelo falecimento do Ministro Sérgio Motta.

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 134, de 1998 (nº 468/98, na origem), de 16 do corrente,

06918	pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 20 a 25 do corrente, a fim de realizar visita de Estado ao Reino da Espanha.	06931
06920	1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação SENADOR JÚLIO CAMPOS – A importância do papel das Bolsas de Mercadorias e Futuros para a economia nacional. Apoio à proposta de criar a Bolsa de Mercadoria e Futuros do Mercosul.	06932
06926	1.2.6 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária de quarta-feira, dia 22 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	06933
06928	1.3 – ENCERRAMENTO 2 – RETIFICAÇÕES Ata da 30ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 16 de abril de 1998 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.	06934
06930	Ata da 31ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 17 de abril de 1998 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.	06935
	3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 707 a 720, de 1998.	06938
	4 – MESA DIRETORA	
	5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
	6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
	7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
	8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
	9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
	10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	
	11 – CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N° 1, DE 1998-CN	

Ata da 32^a Sessão não Deliberativa, em 20 de abril de 1998

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura

Presidência dos Srs. Lauro Campos e Bello Parga.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 135, DE 1998

(Nº 459/98, na Origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 123, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor João Batista da Silva Fagundes, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga reservada a advogado e decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo César Cataldo.

Os méritos do indicado João Batista da Silva Fagundes, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo *curriculum vitae*.

Brasília, 15 de abril de 1998. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM/MJ Nº 200/98.

Brasília, 2 de abril de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência expediente que objetiva iniciar o procedimento para prover um cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga reservada a advogado e decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo César Cataldo.

Com vistas ao preenchimento do aludido cargo, o Doutor João Batista da Silva Fagundes solicitou as ações deste Ministério no sentido de ter o seu nome submetido à apreciação de Vossa Excelência.

A cogitada indicação encontra amparo nos arts. 84, inciso XIV; 122, inciso I; e 123, parágrafo único, inciso I, da Constituição.

Cumpre salientar que o nome do indicado deverá ser transmitido ao Senado Federal para aprovação.

Respeitosamente, – **José de Jesus Filho**, Ministro de Estado da Justiça, Interior.

CURRICULUM VITAE

1. Dados Pessoais

- 1.1. Nome: João Batista da Silva Fagundes
- 1.2. Filiação: Euclides Fagundes e Florentina da Silva Fagundes
- 1.3. Nacionalidade: Brasileira
- 1.4. Naturalidade: Uruguaiana – Rio Grande do Sul
- 1.5. Data de Nascimento: 5 de abril de 1936
- 1.6. Estado Civil: Casado
- 1.7. End. Resid.: QL 24 Conj. 9 casa 16 – Lago Sul 71665-095 – Brasília – DF
Telefone: (061)367-1761 ou (061) 367-1273
- 1.8. Ordem dos Advogados do Brasil OAB – DF – 5.300
- 1.9. CIC.: 012.668.706-44
- 1.10. Ident. Militar nº: 033633280-4-M.Ex.
- 1.11. Cart. de Motorista nº: 005033463-DF

2. Composição Familiar

2.1. Esposa: Irene Korst Fagundes – Professora de Inglês da Fundação Educacional do Distrito Federal

2.2. Filhos:

2.2.1. Bruno Korst Fagundes – Engenheiro Eletrônico – pós-graduado na Universidade do Canadá, onde reside há 6 anos.

2.2.2. Gustavo Korst Fagundes – Médico – Escola Paulista de Medicina, 1996.

2.2.3. Victor Korst Fagundes – Estudante Universitário – 8º Semestre do Curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica – USP.

3. Formação Acadêmica

3.1. Cursos Militares

3.1.1. Engenharia – Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, Rio de Janeiro – 1956/57/58.

3.1.2. Escola de Educação Física do Exército/Urca – Rio de Janeiro (1962).

3.1.3. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – Rio de Janeiro (1972).

3.2. Cursos Civis:

3.2.1. Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais – Faculdade Nacional de Direito – Universidade do Brasil (1967).

3.2.2. Doutorado em Direito Penal – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969).

3.2.3. Direito Penal Militar – CEUB – Brasília-DF (1975).

3.2.4. Política e Estratégia – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG (1976).

4. Experiência Profissional

4.1. Como Oficial do Exército, exerceu todas as funções compatíveis com a hierarquia militar, desde oficial subalterno a comandante de Unidade, nas seguintes Unidades da Federação: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Rondônia, Roraima, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Brasília.

4.2. Ajudante de Ordens e Chefe de Gabinete de Ministro Militar do Superior Tribunal Militar.

4.3. Professor de Organização Social e Política do Brasil do Colégio Militar de Brasília.

4.4. Chefe da Representação do Território Federal de Roraima na Capital Federal.

4.5. Professor de Direito Penal na Universidade do Distrito Federal – AEUDF.

4.6. Professor do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.

4.7. Professor da Academia Nacional de Polícia, Brasília – DF.

4.8. Assessor Jurídico do Superior Tribunal Militar.

4.9. Conferencista convidado da Escola de Guerra Naval/Praia Vermelha – Rio de Janeiro (1992).

4.10. Conferencista convidado da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (1993).

4.11. Conferencista convidado da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1993).

4.12. Conferencista convidado da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (1994).

4.13. Assessor Especial do Ministro dos Transportes – 1995/1996.

4.14. Presidente do Conselho de Administração da Empresa de Navegação da Amazônia (ENASA) – 1995/1996.

4.15. Representante da União e Presidente do Conselho Diretor encarregado da transferência da Enasa para o Governo do Estado do Pará – 1996.

5. Mandatos Eletivos

5.1. Deputado Federal à 47ª Legislatura (1983/1987) – Território Federal de Roraima.

5.2. Deputado Federal à 49ª Legislatura (1990/94) – Estado de Roraima.

6. Destaques Parlamentares

6.1. Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados (1985).

6.2. Vice-Presidente da Comissão de Defesa Nacional (1992).

6.3. Titular da Comissão de Economia (1993).

6.4. Vice-Líder do PMDB (1993/94).

6.5. Relator da Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a emitir parecer sobre a Lei Orgânica das Polícias Civis (1993).

6.6. Presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a emitir parecer sobre a proposta de Emenda Constitucional que trata sobre a desmilitarização das Polícias Militares (1993).

7. Missão no Exterior

7.1. Representante da Câmara dos Deputados em Conferências Internacionais em Caracas, Bogotá, Lisboa, Paris, Madrid e Bruxelas.

7.2. Debatedor convidado pela Televisão Estatal da Espanha como participante de um debate a respeito da legislação que rege a Questão Indígena (Madrid-1983).

7.3. Conferencista convidado para conferência internacional sobre a liberdade de culto (Tókio/Japão-1984).

7.4. Representante da Câmara dos Deputados na conferência sobre o Brasil na Antártica – Base Comandante Ferraz (Polo Sul-1994).

8. Condecorações

8.1. Medalha Mérito Santos Dumont – Ministério da Aeronáutica – Brasília, (1975).

8.2. Medalha do Pacificador – Ministério do Exército – 1980.

8.3. Medalha Militar de Prata – 30 anos de serviço militar – Ministério do Exército, Brasília (1982).

8.4. Medalha do Mérito Militar – Grau Comendador – Ministério do Exército (1984).

8.5. Medalha do Mérito de Brasília, Governo do Distrito Federal (1985).

8.6. Medalha do Mérito Aeronáutico – Grau Comendador – Ministério da Aeronáutica, Brasília (1985).

8.7. Medalha do Mérito Naval – Grau Comendador – Ministério da Marinha, Brasília (1986).

8.8. Medalha do Mérito Judiciário Militar – Grau Grande Oficial – Superior Tribunal Militar (1986).

8.9. Medalha do Forte São Joaquim – Governo do Estado de Roraima (1991).

8.10. Medalha do Mérito das Forças Armadas – Grau Comendador – Estado-Maior das Forças Armadas, Brasília (1993).

8.11. Medalha Tobias de Aguiar – Polícia Militar de São Paulo (1992).

8.12. Medalha do Mérito Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores, Brasília (1994).

8.13. Medalha Tiradentes – Polícia Militar do Distrito Federal (1995).

8.14. Medalha D. Pedro II – Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (1995).

8.15. Medalha do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo – Título de Bombeiro Honorário – Polícia Militar do Estado de São Paulo (1995).

9. Obras Publicadas

9.1. Conselho de Disciplina – Revista do Direito Militar, nº 7, 1971.

9.2. A Obediência Hierárquica Militar na Legislação Penal Brasileira – Revista do Direito Militar, nº 4, 1975.

9.3. O Posto e a Patente perante o Conselho de Justificação – Revista de Informação Legislativa, nº 44, Brasileira, Senado Federal.

9.4. Processo e Julgamento dos Crimes de Deserção e Insubmissão – Cegraf, Brasília, 1976.

9.5. A Competência da Justiça Militar no Julgamento do Crime Político – Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1978.

9.6. Organização Social e Política do Brasil – Livro Didático adotado nos Colégios Militares – Cegraf, Brasília, 1981.

9.7. A Verdade sobre o Índio – Câmara dos Deputados, 1995.

9.8. A Justiça do Comandante – Obra doutrinária adotada como orientação às atividades pertinentes à Justiça Militar. Cegraf, Brasília (1988).

9.9. Aborto – Homicídio contra a mais indefesa das vítimas (1994).

9.10. Coletânea de Discursos Parlamentares (1994).

9.11. Mobilização Nacional (1995).

9.12. O Poder de Polícia (1997).

10. Função Atual

10.1. Representante da União e Presidente do Conselho Diretor encarregado da transferência da Empresa de Navegação da Amazônia (ENASA) para o Governo do Estado do Pará.

Brasília, 11 de novembro de 1997. – Segue Assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 255, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Exm.^º Sr. Dr. Sérgio Roberto Vieira da Motta, Digníssimo Ministro de Estado das Comunicações, ocorrido no dia 19 do corrente:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1998. – Senador **Artur da Távola** – **Edison Lobão** – **Emilia Fernandes** – **Bello Parga** – **Leomar Quintanilha** – **Coutinho Jorge**.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – O requerimento lido depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, consulto a Mesa se posso unir o encaminhamento da votação ao tempo do meu pronunciamento, pois sou o primeiro orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Perfeitamente, nobre Senador, assim, teremos o prazer de ouvi-lo por mais tempo.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) –

Obrigado, Sr. Presidente. Peço à Casa que tome o meu pronunciamento como o encaminhamento desse requerimento.

A verdade, Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, é que todos vamos ter que aprender a viver sem o Serjão. Tínhamos uma realidade com ele, a sua força, e agora teremos outra. Há pouco, uma repórter me perguntava como fica o PSDB sem o Ministro. Eu disse: "Fica sem o Ministro; fica sem o Sérgio."

Há perdas que são irreparáveis. Pessoalmente, não acredito naquela máxima, que aliás é uma máxima do capitalismo: ninguém é insubstituível. Penso diferente; penso que ninguém é substituível, ao contrário. Cada pessoa tem a marca da peculiaridade, da originalidade, e alguns a têm em proporção maior. Era o caso do nosso Sérgio Motta. Ele não é substituível porque era como era, e nós vamos ter de aprender a viver sem o Sérgio Motta.

Estou bastante à vontade para expressar a nossa tristeza e a nossa dor, porque sou uma pessoa de estilo diferente ao de Sérgio, e essa diferença de estilos, inclusive, várias vezes nos colocou em posições contrárias, ao mesmo tempo em que aprofundou a amizade, porque havia formas de franqueza exercidas com toda clareza permanentemente em nossas relações.

Ainda me recordo que, quando fui presidente do PSDB, Sérgio Motta, com aquele seu jeito, ao mesmo tempo carinhoso, facundo e franco, disse-me sorrindo: "Sabe o que me irrita em você? Você não faz o que eu quero e, ao mesmo tempo, não briga comigo". E, dizendo isso, caiu na gargalhada.

Isso definia o Sérgio com toda clareza, e também um pouco a mim, pois, de fato, eu não fazia o que ele queria e também não brigava com ele. Nas lutas internas do Partido, por exemplo, discordei da sua colocação sobre a reeleição naquele momento. Enfim, houve várias outras questões que não vale a pena serem levantadas agora. Isso se deu comigo e também com alguns colegas do PSDB e com os de outros partidos.

Sérgio representava essa entrega inteira ao que acreditava, e não era apenas no plano das idéias, mas, sobretudo, no plano da ação.

Ocorreu um fato interessante: o Presidente da República, dias antes, fez um importante pronunciamento – abordado por mim na sexta-feira – a respeito da ética do governante e o conflito entre a ética do profeta, ou seja, o que vê adiante; o que estuda, o que sabe, e a ética da responsabilidade, que é a ética da ação, mostrando que há dificuldades em com-

patibilizá-las e, ao mesmo tempo, mostrando como ao homem público cabe optar pela ética da responsabilidade.

Possivelmente, esse conflito que é profundo no Presidente da República – e Sua Excelência o esboçou de maneira tão leal – não existisse em Sérgio Motta.

Sérgio Motta era dessas pessoas em quem o pensamento estava ligado à ação. Não havia propriamente essa divisão tão comum entre os intelectuais. Apesar de ele ter sido um intelectual, nele se sentia que pensamento fora da ação era, praticamente, um pensamento inútil. Ele pensava na ação e agia no pensar.

Isso mostra com clareza como, para o Presidente da República, com o seu modo, as suas circunstâncias, Sérgio Motta era importante. Em primeiro lugar, porque ele, pela ousadia e coragem, era, ou se não era, punha-se como anteparo de que qualquer Presidente da República, em qualquer país, necessita. Os Presidentes da República necessitam de alguém que puxe para si, às vezes, os ataques dos inimigos, que concentrem em si dificuldades que o próprio Presidente não pode ter. Alguns amigos têm esse grau de lealdade e de superioridade capaz de prestar-se a isso. No caso de Sérgio, por uma entrega generosa.

Certa vez eu convalescia de uma enfermidade. Visitado pelo Presidente da República, conversava com Sua Excelência sobre Sérgio. Era um período em que o Ministro havia criado alguns embaraços para a autoridade do Presidente, e logo após tiveram uma pequena briga, com algumas palavras duras com a Executiva do PSDB, da qual Sérgio saiu para depois se entrosar novamente como bom amigo. Brincando com o Presidente, eu lhe disse: "Veja como é o nosso Serjão. Ele quase acaba com a sua autoridade e com o PSDB, e tudo isso por amor." O Presidente riu, concordando comigo. O amor de Sérgio pela vida pública, pelo seu partido era de tal forma entranhado que ele não podia deixar de inseri-lo no âmbito de algo que se apõe ao amor quando ele eclode: a paixão. Sérgio talvez seja mais caracterizado até pela paixão do que pelo amor.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte, eminente Senador Artur da Távola?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Artur da Távola, V. Ex^a traça o perfil exato daquilo que em vida foi o Ministro Sérgio Motta. Um homem insubstituível, como todos, mas um insubstituível di-

ferente. Um homem de qualidades extraordinárias, incapaz de dizer diferentemente do que estava pensando. Sempre expressava com rigor o seu pensamento. Muitas vezes, a imprensa chegou a dizer que o PFL não gostava do Sérgio Motta. Isso não era verdade. Nós gostávamos dele. Eu, particularmente, tinha uma profunda admiração pelo Ministro Sérgio Motta. Sempre que eu pedia uma audiência, ele me recebia com rapidez e conversávamos longamente sobre os desvãos da vida pública e as dificuldades que ela encerra. E ele, na facundia da sua criatividade política – até usarei uma expressão no início contemplada por V. Ex^a -, tinha sempre caminhos diferentes para encontrar as soluções. Creio que a vida pública vai ficar devendo muito a esse homem extraordinário, como ficou devendo, por exemplo, a Petrólio Portella, um gigante da política brasileira, um homem que vivia 24 horas por dia a política; a Golbery do Couto e Silva, que jamais teve mandato eleito, e que era um político por essência. E assim também era Sérgio Motta, que, sem ter atrás de si um mandato eleito, exercia a política por vocação e integralmente. Cumprimento V. Ex^a pela iniciativa desta homenagem a um homem extraordinário do qual, por muito tempo, vamos nos lembrar; e vamos lamentar seu desaparecimento na paisagem da vida pública brasileira. Ele serviu ao Governo Fernando Henrique Cardoso com extrema dedicação, e não tenho dúvida de que ele fará falta ao Governo atual e à Nação brasileira como um todo. Muito obrigado, Excelência.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Nobre Senador Edison Lobão, V. Ex^a tem toda a razão e aborda com síntese e precisão – que, aliás, o caracterizam – a figura política de Sérgio Motta.

Inclusive, dando seqüência ao seu pensamento exposto nesse aparte que enriqueceu o meu pronunciamento, poderia dizer que Sérgio representava paixão, sonho e ação: um trinômio difícil de existir em homem público, que, com os anos, arrefece a paixão e a transforma em amor pelo País. A paixão se guarda para determinados momentos muito secretos da vida de cada pessoa, quando a emoção nos toma por dentro em algum instante cívico, em algum imprevisível instante da vida pública. Um pouco como um **insight**, uma revelação súbita, uma luz, uma fagulha. É-se, às vezes, envolvido por uma paixão repentina até mesmo em uma pequena solenidade no interior do Brasil ao se ouvir o Hino Nacional ou quando se encontra alguém que acredita profundamente na luta política. A paixão é o que nos inicia na política. Costumo dizer a muitos jovens que surgem

na política que essa ciência provém da desilusão. Quem pára na desilusão ainda não descobriu a política; quem, depois da desilusão, permanece nela, esse é o político. A paixão, de certa forma, elimina a desilusão; a paixão faz com que a entrega seja completa, total. O amor, por sua vez, possui deveres mais trágicos. Como diria o poeta Cruz de Sousa, homenageado nesta Casa há pouco tempo: "A vida presa a trágico deveres." O amor exige trágico deveres. O amor aprofunda o instinto maior da paixão – que é uma percepção súbita de caminhos – e faz o percurso de volta da paixão para nós mesmos. A paixão nos leva de nós para fora; o amor faz com que venhamos da paixão para nós mesmos. E, gradativamente, é o amor que nos ensina renúncias e derrotas. É o amor que nos ensina silêncios, ousadias, coragens, lutas, persistência, pertinácia e perseverança. Uma palavra tão bonita: **perseverantia**, ou seja, a verdade por si. O amor, portanto, tem trágicos deveres e faz o grande estadista e o grande homem público. O sonho é o terceiro pé dessa tríade formidável capaz de explicar Sérgio Motta. Eu sou testemunha, Srs. Senadores, porque vivi a seu lado, discutindo e brigando, querendo-o bem e o admirando. Eu sou testemunha da verdade do sonho social-democrata em Sérgio Motta. Fora das paixões do dia-a-dia, o sonho dessa corrente filosófica, proveniente do grupo que fundou o PSDB – inclusive, dele faço parte como um dos menos representativos, mas sou testemunha -, esse sonho teve de ser vivido com muita clareza e dificuldade. Nós todos somos oriundos da esquerda. E, a meu juízo, nela continuamos. Em nós, por razões de geração, durante muitos anos predominou a visão de uma sociedade sem classe. Por ela fomos exilados, por ela fomos perseguidos, por ela talvez os melhores de nós foram mortos.

O final do século XX, o período constitucional no Brasil a partir de 1987, que redundou na Constituição de 1988, esses dois pontos criaram em nós a percepção de que havia a necessidade de encontrar um caminho que fosse capaz de compatibilizar a nossa visão de mundo com elementos de transformação da realidade que não modificavam a nossa visão do mundo, apenas nos ensinavam ou nos indicavam uma nova metodologia de ação política. Ora, não é fácil abrir mão de idéias que nos comandaram por muitos anos. Felizmente não abrimos mão delas. Não é fácil também explicar para uma sociedade que se dividiu no século XX no maniqueísmo do bem contra o mal, nos dois grandes blocos de pensamento que encantaram o século XX no Ocidente, o comunismo e o capitalismo, não é fácil explicar a tenta-

tiva sofrida de compatibilizar as idéias socialistas com alguns elementos da sociedade de mercado, e mais difícil ainda, e aqui o Sérgio Motta, harmonizar as alianças necessárias para essa compatibilização com a incolumidade do pensamento socialdemocrata, porque, sem dúvida, na ação em alianças, se há a vantagem de pavimentar o caminho do avanço, há o risco de perda de substância doutrinária. Reparem que Sérgio jamais abriu mão de puxar para seu partido, pela paixão, pela convicção, a idéia de que temos que ter uma fisionomia própria, não devemos ceder a tudo que nos confunde na prática da ação, porque somos obrigados a fazer alianças na medida em que não somos hegemônicos, por um lado, e não somos compreendidos pela esquerda tradicional, do outro.

Sérgio Motta jamais deixou que a clareza dessa posição desaparecesse nos momentos em que o Partido precisava de maioria para aprovar as reformas, nos momentos em que o Partido, ao crescer – só se cresce na política brasileira com os quadros existentes –, inevitavelmente corria o risco, como corre, da sua descaracterização inicial. E ao mesmo tempo tinha certeza de que, com o pequeno núcleo inaugural, também não se faz um partido com condições de operar a transformação da vida brasileira.

Olhando, portanto, com sinceridade, com compreensão, vemos que o que Sérgio Motta buscou dentro do PSDB, com aquele seu modo alcunhado de metralhadora giratória por uns e de trator por outros, foi clamar pela incolumidade do pensamento original da socialdemocracia. E o fazia – quantas vezes o vi nessa posição – por compreensão profunda dos rumos adotados a partir do Governo de um socialdemocrata – Fernando Henrique – e das dificuldades que ele enfrentava.

Sérgio era o alerta permanente do que significava o Partido, do que tem de ser o Partido. Errando ou acertando aqui e ali, ele levava o pendão, punha sempre mais alta a bandeira dos seus ideais. Daí o sonho. Foi um homem que não perdeu o sonho. Esse sonho o fez, rapaz ainda, filiar-se à AP e unir-se a um grupo de paulistas, que, naquela época, tentavam organizar a luta contra a ditadura e pela democracia, e também a José Serra, ao próprio Fernando Henrique, a Eduardo Suplicy e à sua mulher, e a Plínio Arruda Sampaio. Isso sempre me faz lembrar uma frase de um intelectual espanhol que, ao chegar em um bar em que todos diariamente conversavam à tarde, jogou o jornal sobre a mesa e disse: "Saudades do tempo de Franco!" Os outros ficaram horrorizados e perguntaram: Mas, por quê? Ele

respondeu: "Porque naquele tempo éramos todos tão amigos!"

Muitos se uniram na luta contra a democracia – não deixaram de ser amigos, é verdade; em alguns casos sim, em outros não – mas, depois, a própria vida partidária e a liberdade, de certa forma, os separaram. Entretanto, nos últimos dias vi todos permanentemente preocupados e até hoje estão a reconhecer o trabalho do nosso Sérgio.

A AP gerou o Ministro Clóvis Carvalho – aliás costume dizer que a AP está sempre no poder. O Presidente Fernando Henrique não é da AP, mas o eram Clóvis Carvalho, José Serra, Sérgio Motta e também Betinho. Nós, do Rio de Janeiro, tínhamos muitos encontros com a AP e justamente participavam desses encontros o Betinho, de Belo Horizonte, – todos rapazes –, o pessoal do Serra, que estava na UNE de São Paulo, e alguns outros membros da AP de outros lugares do Brasil, como Sérgio Motta e Clóvis Carvalho.

A AP foi fundada antes de 1964 numa base praticamente católica, de um catolicismo de esquerda, logo depois da grande abertura feita por João XXIII, alimentada pelo pensamento luminoso do Padre Henrique de Lima Vaz, grande pensador e filósofo brasileiro, hoje recolhido aos seus pensamentos e estudos, por um dominicano francês que esteve no Brasil naquela época, Charbonneau, e pelas idéias do Padre Louis Joseph Lebret.

O meu grupo não era propriamente da AP. Éramos livres pensadores de esquerda, sem vinculação partidária. Ali começou uma formação. Os anos da ditadura, o exílio de alguns, a luta, tudo isso encontrou Sérgio Motta na vanguarda, já como empresário, que dava emprego a perseguidos e abria as portas de sua casa até para pessoas com quem não concordava, mas sabia que era importante abrigar naquele momento.

Depois, quando se formou o PSDB, há uma década – faremos dez anos em julho –, esse grupo sentiu estar ali a possibilidade de tornar mais claro aquilo que já existia e lavrava – e ainda existe e lava – no PMDB, apenas pelo fato de que ele, por haver tido a sabedoria de ser uma frente política na luta contra a ditadura, ficara com as consequências de ser um partido de frente, ou seja, um partido que abrigava todas as correntes. Aliás, essa política de frente, de luta contra a ditadura, deve-se muito ao Partido Comunista Brasileiro, o atual PPS, porque, num congresso desse Partido, realizado em 1968, se não me engano, porque não sou bom em precisões históricas, houve uma grande cisão interna: um

grupo preferiu ir para o caminho das armas e da revolução armada no enfrentamento à ditadura e outro, que foi majoritário naquele momento levantou a necessidade de uma política de frente, que começou a ser encetada. Essa política rendeu logo frutos inesperados e até inimagináveis: Carlos Lacerda uniu-se a Juscelino e a Jango, seus inimigos, e a política de frente gradativamente vai ganhando condição e atraindo setores.

Para isso, era mister extrema largueza conceitual. Não é possível uma política de frente em partidos estreitos do ponto de vista ideológico, em que pese às razões pelas quais eles são estreitos – não discuto nesse momento. Isso fez com que o PMDB fosse o caudatário da ação política dessa enorme frente, que se foi montando no Brasil em 1968, praticamente quinze ou dezesseis anos depois, quando a luta contra a ditadura ganhou a imprensa, quando Tristão de Athayde conseguiu furar o bloqueio e a censura. Foi a primeira voz a denunciar, em seus artigos, a existência de tortura no Brasil. Tristão de Athayde vinha da antiga direita católica, era um homem de bem, iluminado e um humanista em profundidade. Até aí essa política de frente gradativamente avança, enfrenta o período terrível das consequências da luta armada que prolongou o processo possivelmente por mais alguns anos, inclusive dando guarda, em certos casos, a companheiros seus da luta armada. Isso permitiu que, aos poucos, a própria consciência liberal do País, ainda que de outros segmentos ideológicos, se incorporasse a esse movimento, até que o País conseguiu o milagre da transição pacífica. Dois países conseguiram o milagre da transição pacífica: o Brasil e o Chile. Porém, o Chile está pagando um preço bem mais alto que o nosso porque viveu sob a presença de um só tirano – Pinochet não era um ditador, mas um tirano. Hoje alto preço paga o Chile pela anistia como um conceito amplo, geral e irrestrito. Repeito: alto é o preço, porque teve de incorporar ao Parlamento um destruidor da democracia: Pinochet.

O Brasil conseguiu a transição gradativa e democrática dentro do sistema, operando gradativamente em cada canto, desde a professora na escola, até o político que podia dizer alguma coisa àqueles outros que, no rádio e na televisão, foram abrindo caminho para as idéias de renovação que desaguou, afinal, nessa solução de continuidade milagrosa sem grandes ódios que conseguimos neste País apesar de tantas dores deixadas pelo caminho. Sérgio, vem, portanto, nesse amálgama.

E, quando o País recobra a democracia, nós, que éramos do PMDB, compreendemos, depois da

Assembléia Nacional Constituinte, que havia a necessidade de, embora compreendendo a missão fundamental de um partido com características de frente, definir um pouco mais, com mais clareza, o que era a socialdemocracia como opção para o Brasil. De novo, Sérgio aí está, aparecendo como uma das figuras principais.

Foi S. Ex^a fundador do PSDB, como nós; lutador, membro das comissões executivas – e muito pouca gente acompanha a intimidade de uma comissão executiva. Tive a oportunidade de ser, até ano passado, membro de todas as comissões executivas do PSDB, por acaso, sendo, inclusive, presidente de uma delas, em uma das gestões.

Sérgio foi secretário-geral do partido – e os políticos sabem a importância de um secretário-geral: é o homem encarregado da organização partidária. Durante dois ou três anos, ele ali trabalhou, como aquele trator conhecido, no sentido dessa organização, e realmente o partido cresceu e se estruturou com Sérgio secretário-geral, em um período em que o partido era presidido por Tasso Jereissati, então governador pela primeira vez, que teve a sabedoria de, estando limitado no seu tempo, por ser presidente, entregar a Sérgio, com muita amplitude, embora sempre presente, a ação na secretaria-geral.

Constrói-se, então, esse partido que acaba por ver-se, de repente, alçado à Presidência da República, não como partido, pois o PSDB não é partido majoritário no Brasil, mas pela eleição de Fernando Henrique Cardoso, em quem a população percebeu, adivinhou, captou, intuiu a existência de um estadista, que ali pôde esplender essa sua condição até bem melhor do que antes, já que o Congresso sempre, de certa forma, dilui um pouco a ação de cada um de nós e não permite um foco tão centrado nas possibilidades, nas qualidades, nas virtualidades de um homem. O Poder Executivo tem esse aspecto maior de dar a condição de aparição de uma grande figura.

Todavia, quem foi eleito – sou do PSDB, mas tenho o dever da lealdade, da franqueza e da clareza – não foi o PSDB, foi Fernando Henrique. O PSDB não é nem o maior partido, mas o terceiro ou quarto. E foi necessária a compreensão profunda dessa realidade para a montagem de uma política de alianças, que nos é cobrada diariamente, na refrega do dia a dia da política, mas que, a meu juízo, é fundamental, e ainda o será por algum tempo, por pavimentar o caminho do centro pelo qual, inclusive, as idéias progressistas poderão transitar de modo mais célere. Talvez não seja nem uma posição glo-

riosa; talvez ela tenha laivos, às vezes, de incoerência aparente e até real. São necessárias concessões, é verdade; porém, é o caminho que o Brasil está a trilhar e, a meu juízo, opera uma transformação significativa na sociedade brasileira, pagando todos os preços, com muita coragem, para que essa transformação se dê na linha da democracia.

Pode-se dizer o que quiser, jamais que não se tem, neste instante, um Presidente da República que, dentro do sistema, com as regras do possível, encaminha o País para uma transformação. E isso é feito de forma inteiramente democrática; e é também isso que o faz, ontem, no Chile, com aquele pensamento criador que ele mesmo defendia na sua aula inaugural dos cursos de ciência no Hospital Sarah Kubitschek, aquela idéia de um pensamento criador que, de repente, muda a política. É essa mesma atitude, aberta, democrática, liberal que leva o Presidente a tomar uma liderança na América Latina, no momento em que propõe, nas barbas dos Estados Unidos, a presença de Cuba na Alca, como uma reivindicação essencial da América Latina.

Quem estava ali? Estava ali o Fernando Henrique de sempre, como é o Fernando Henrique de sempre, que está presente em todas as aberturas que foram feitas em relação a mortos políticos, e tudo isso com a habilidade e a qualidade necessárias para que o processo se faça pela sua natural verdade e não por imposições arbitrárias.

Sérgio Motta representa, portanto, esse sonho, isso que estamos tentando construir há dez anos no Brasil, com dificuldades, acertos aqui, erros ali, mas com uma profunda sinceridade, uma profunda vontade de política de que se realize essa transformação.

Nós, como foi dito no começo deste discurso, vamos ter que aprender a viver sem o Serjão, sem essa figura ao mesmo tempo alegre, agressiva, amiga, franca, agradável, desagradável, firme, decidida. Vamos ter que aprender a viver com uma amputação. Eu não poderia, portanto, responder à repórter que me perguntou hoje como será o PSDB depois de Serjão. É evidente: a vida continua; mas é uma amputação, uma amputação afetiva, uma amputação doutrinária, uma amputação de algo profundo, em todos nós, que ele representava com mais brilho, representava com aquela abertura do coração, aquele peito aberto. Por certos momentos, identificava Serjão com Heitor Villa-Lobos, ainda que possa parecer estranha a comparação.

Quando era repórter, pretensioso como todo jovem repórter, fui entrevistar Villa-Lobos, que voltava ao Brasil no ano de 1958 – pouco depois morreria,

no ano de 1959. Perguntei, certo de que estava fazendo uma pergunta definitiva: "Mestre, qual é a sua lição de vida?" Ele riu – era um homem também riso-nho, com seu charuto –, bateu em meu ombro e disse: "Meu filho, minha lição de vida? Mas que pergunta engraçada." Deu outra gargalhada. Eu já estava, como todo jovem repórter, morrendo de medo de levar um fora, quando ele disse: "Sabe o que é, meu filho? Não tenho medo de ter mau gosto." Nesse instante, Villa-Lobos definiu o que era. Não que tivesse mau gosto, imaginem; mas o que era Villa-Lobos? Aquela força da natureza, de quem jorrava música sobre a qual ele mesmo não aplicava grandes rigores porque se sabia portador de um caráter deste País, que também ele é torrencial, é tropical, é facundo, é eloquente, é grandiloquente, mas é a alma deste País, queiramos ou não.

Assim era Sérgio Motta, um exemplo do que somos em estado supino; um exemplo do que somos em alma, coração, vida e, sobretudo, na maravilhosa entrega que soube dar de sua vida a este

Sempre tive a intuição de que o Sérgio se sabia mal, nas várias conversas com ele, porque percebia que ele estava, já há alguns anos, não era de hoje, com uma afobação interna, uma pressa interior de realizar tudo o que o sonho lhe determinava. Daí aquela sua agitação permanente; daí aquelas suas 14 ou 16 horas de trabalho; daí o seu descuido com a saúde; daí a sua coragem, aquela grande coragem de quem está jogando toda a sua vida, todos os seus lances, naquilo que está a fazer, que é a coragem dos heróis. Tudo isso Sérgio nos passa.

Recordo-me aqui de uma expressão: "entusiasmo". A palavra entusiasmo tem uma etimologia muito interessante. Não sei se serei preciso nos termos gregos, até porque não falo grego, mas conheço a etimologia desta palavra: *enqousiasmoz*, pelo latim: *enthousiamós* *en* – dentro + *theos* – Deus + *as-mós* – inspiração, ou seja, "com os deuses dentro".

O entusiasmo é exatamente esse momento em que o ser humano é possuído por Deus ou pelos deuses, conforme a sua crença; algo fora dele, divinatório, misterioso, toca de maravilha o seu ato, toca de beleza a sua vida, transfigura a sua realidade, dá-lhe inauditais coragens, traz-lhe renovadas esperanças e energias insuspeitáveis.

Entusiasmo, Sérgio Motta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – O Sr. Senador Mauro Miranda encaminhou discurso à

Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a. será atendido.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Brasil acordou esta manhã definitivamente órfão de um estilo que fez de Sérgio Motta uma figura ímpar no cenário político do nosso País. Empresário praticamente desconhecido antes de ser içado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso à primeira fila de vanguardas do poder, ele familiarizou-se rapidamente com a política, adquirindo com ela uma intimidade incomum a todos aqueles que não tiveram o batismo das urnas. Impenitente com os adversários, inclemente com a mediocridade, ele foi, sempre, a encarnação da irreverência, sobrando-lhe coragem para animar o espetáculo da política com as farpas afiadas que não poupavam nem mesmo os círculos mais próximos do amigo-Presidente.

Ele foi um homem prático, de posições claramente definidas, um rebelde determinado que desafiava a burocracia e não dissimulava com meias palavras o estilo diferente, tido muitas vezes como anárquico, de fazer política ou comandar o seu ministério. Tanto podia criticar uma decisão do Presidente da República, a quem devia obediência, como podia antecipar segredos do balanço de uma empresa como a Telebrás, colocando em polvorosa os índices da Bolsa de Valores ou desafiando os poderes punitivos da Comissão de Valores Mobiliários, fazia tudo isso com naturalidade olímpica, como alguém que não tem outros compromissos que não sejam os de quebrar as resistências artificiais de velhos mitos e tabus.

Mas seria muito pouco para a imagem de Sérgio Motta lembrá-lo apenas como um dissidente das normas de comportamento sobre as quais construímos os padrões clássicos de nossa cultura política. Nada disso. O que me traz a esta tribuna é o meu reconhecimento ao trabalho de um grande executivo, de um homem desassombrado a quem muito deve o País. Sérgio Motta é a cara do processo brasileiro de privatização. Com seu estilo guerreiro, sua capacidade para liderar pessoas e impor princípios, não tenho dúvida de que é principalmente a ele que devemos o sucesso dos programas de desestatização já consolidados durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sérgio Motta fará falta a este País e ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Poucos homens públicos conseguem reunir tantas virtudes de coragem, como as que foram reunidas na personalidade marcante dessa figura pública notável. Operador de

fatatos no complexo mundo da política ou no universo sensível das telecomunicações, ele foi um executivo vitorioso, embora também um alvo permanente de adversários que discordavam dos métodos impostos por seu estilo aguerrido. O que importa hoje, Senhoras e Senhores Senadores, é reconhecer, nestas poucas palavras de homenagem, a dimensão futurista de um homem que, apesar do pouco tempo de serviço ao País, deixa exemplos inesquecíveis de competência e bravura. Nossa desejo mais sincero é de que esse espírito indomável, que só foi vencido pela morte prematura, continue inspirando o Governo a ir em frente na modernização de nossas estruturas administrativas e na ruptura de todas as barreiras que ainda impedem as grandes mudanças para um Brasil mais moderno, mais forte e socialmente mais justo, como sempre quis Sérgio Motta.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O Sr. Lauro Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu deveria ter falado, na semana passada, sobre os dois anos transcorridos do massacre de Eldorado dos Carajás. No entanto, infelizmente, não tive oportunidade de fazê-lo, mas faço agora.

Temos, mais uma vez, uma triste motivação para ocupar esta tribuna. Na história dos povos, alguns acontecimentos condensam, em sua intensidade e, em alguns casos, em sua crueldade, as principais características que definem as sociedades em que ocorrem. Alguns estudiosos, como Marcel Mauss, antropólogo francês da escola de Durkheim, dá a esses fenômenos o nome de fatos sociais totais. Que natureza de fenômenos poderia, no Brasil, assumir tal denominação? Que acontecimentos, na história recente de nosso País, poderiam sintetizar a exploração e a evisceração a que estão submetidas as classes trabalhadoras brasileiras?

Se o trabalho assalariado, nas condições estabelecidas no sistema capitalista, representa a forma mais desenvolvida de exploração do homem e de sua capacidade de criar e produzir riquezas, não seria, no entanto, suficiente esse fenômeno para dar um retrato fiel de nossa sociedade. A desigualdade social no Brasil não se esgota na exploração do trabalhador através do trabalho, conforme ocorre nos países onde o capitalismo, segundo alguns, se "civilizou". Não basta às nossas classes dominantes explorar: é preciso exterminar e demonstrar exemplarmente que a morte pode ser o fim dos que levantam a voz para contestar a condição a que estão submetidos.

O massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no dia 17 de abril de 1996, em que 19 trabalhadores foram brutalmente assassinados e 51 foram feridos, representou uma triste síntese do Brasil. Podemos, então, identificar ali um fato social total, agrupando as principais características que definem a sociedade brasileira: desigualdade, exclusão, exploração, um Estado a serviço das classes dominantes e impunidade. Mas, por outro lado, em sua complexidade, esse fato social revela também outra face do Brasil: a face daqueles que resistem, com o custo da própria vida, a essa estrutura social desumana.

As 69 pessoas feridas no massacre de Eldorado dos Carajás ainda não foram sequer indenizadas.

Datam de muito tempo a luta e os conflitos pela terra no Brasil. Parece até que a nossa densidade democrática é muito alta e que o Brasil, ao invés de 8 milhões e 500 mil quilômetros de extensão, é um País de terras escassas. Nem a população é muito numerosa e muito menos as terras são estreitas, restritas, limitadas. Portanto, o conflito não é um conflito populacional, um conflito demográfico, mas um conflito social.

Não há dúvida alguma de que o que se verifica no Brasil, ao contrário do que ocorreu em outros países como os Estados Unidos, o Japão, a Suécia, a Alemanha, é a formação de uma cultura em que o homem é alijado, expulso das condições de trabalho. O homem é marginalizado, é "sucateado" prematuramente, envelhecido e lançado nas "Santas Genovevas" e nos "Caruarus" da vida.

Agora, verifica-se no Brasil essa nova onda de promessas de que uma reforma agrária será realizada, talvez de forma semelhante àquela que, desde os meados do século passado, num processo continuado, foi feita nos Estados Unidos, país em que, por meio da lei **Home Stead**, qualquer imigrante recebia 170 acres de terra, onde podia trabalhar com sua família. Só entre 1900 e 1910, 90% das terras que constituem o centro-oeste norte-americano fo-

ram ocupadas, neste processo que deu aos trabalhadores acesso à terra.

Na Suécia, dizia, ainda nos anos 60, Gunnar Myrdal, um economista preocupado com os problemas sociais, que, no século passado, pelo menos, oito reformas agrárias mais profundas do que as cogitadas no Brasil, naquela ocasião, haviam sido realizadas. No Japão, em média, o módulo fundiário é de apenas 8.000m². São exemplos muito diferentes do que ocorre hoje nas relações no campo no Brasil com os trabalhadores sem terra desejosos de ter acesso às condições de trabalho.

Aqueles que acham que os trabalhadores sem terra são muito violentos esquecem-se que mais de 1.800 trabalhadores sem terra morreram no mesmo período em que cerca de 5 ou 6 fazendeiros, capangas e protetores armados da propriedade privada faleceram.

Violência mesmo ocorreu no México, por exemplo, onde milhares de pessoas perderam a vida quando a revolução que tinha por objetivo a reforma agrária – que foi realizada – de Pancho Villa pagou o preço com o sangue do povo mexicano.

A minha preocupação com o problema rural, com a propriedade da terra vem de longa data. Em 1958, estudei, participei, observei e fiz pesquisas a respeito do processo de reforma agrária capitaneado pelos **Svimes, Cassa per il Sviluppo del Mezzogiorno**. Na Itália, dezoito enti di riforma, criados para levar a reforma agrária às suas regiões mais pobres, realmente constituíram a expressão de uma vontade política de realizar uma reforma agrária.

Para mim, como para Jeremy Bentham, para Adam Smith e para outros que consideram o trabalho humano a maior e mais essencial manifestação do homem, a propriedade privada real, a verdadeira escritura é aquela lavrada pelo trabalho humano. Todavia, vemos aqui, no Brasil, pessoas que nunca trabalharam nem exploraram terra constituírem, por meio da propriedade cartorial, por meio da grilagem, uma propriedade sobre outra propriedade; propriedades fictícias, propriedades ladravizes, propriedades que não apenas desrespeitam os trabalhadores, mas também impedem que o trabalho humano seja executado no processo de transformação do mundo e do homem.

No entanto, terra não falta neste País, ao que parece, porque, além das terras devolutas, uma pleia de terras abandonadas deveriam ser destinadas aos trabalhadores – ao lado daquelas que o Exército, em boa hora, cedeu ao processo de reforma agrária – para que o acesso à terra fosse, embora tardivamente, conseguido por aqueles que não a têm.

Nos Estados Unidos, 2,7% da população economicamente ativa está ocupada no campo, 2,7% apenas. Pode acabar acontecendo com a reforma agrária no Brasil o que aconteceu com a Lei do Divórcio: quando ela chegar, pode ser que a população brasileira esteja, como a americana, 2,7% no campo e a reforma agrária, então, será inútil, como foi inútil a Lei do Divórcio em um país em que as pessoas, cansadas de esperar uma solução jurídica formal, resolveram na prática seus conflitos, sua vontade de encontrar a felicidade em outra união conjugal.

Há 2 anos, 19 trabalhadores receberam seu quinhão de terra, o espaço de seu túmulo. Dois anos de impunidades que demonstram que o Poder Executivo Estadual e o Federal, por ação ou por omissão, são responsáveis pelo crime e por sua repetição. A Justiça paralisa, tardia e preguiçosa é uma Justiça que favorece o crime ao adiar o apenamento dos criminosos, principalmente os do colarinho branco e os da classe dominante.

Não perguntam o que lamentamos, não perguntam por quem choramos, não perguntam por quem nos solidarizamos. Fazemo-lo por todos os massacrados, marginalizados, decaídos, caídos, mortos e esquecidos.

Lamentamos e nos emocionamos pelos heróis tombados na luta de Eldorado dos Carajás. Por eles os sinos dobraram, dobraram por todos nós, órfãos da justiça, órfãos da equidade, órfãos da proteção social e igualitária do direito à vida, ao trabalho, à terra, à casa, à saúde e ao ensino.

Os sinos dobraram pelos esquecidos de Eldorado de Carajás, pelos 1.844 mortos na mesma luta. Os sinos dobraram também por todos nós, pelo nosso silêncio conivente, pela nossa falta de solidariedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Bello Parga, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Com a palavra, o Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste momento, eu gostaria de exercer uma procuração que não me foi passada, mas que eu me considero devedor de cumpri-la.

No momento, não está conosco, no plenário desta Casa, no Corpo efetivo do Senado Federal, o nosso companheiro Waldeck Ornelas, em virtude de S. Ex^a ter assumido o Ministério da Previdência. Vamos sentir, portanto, falta do seu trabalho lúcido, dinâmico, coerente e inteligente. Os seus pronunciamento aqui, neste plenário, as suas intervenções

nas comissões de que fazia parte, os seus relatos e os seus pareceres, que enriqueceram as nossas votações e os Anais da Casa, momentaneamente estarão ausentes da nossa apreciação.

No entanto, S. Ex^a, sob certo aspecto, ganhou um órgão de ressonância maior, porque, como Ministro de Estado do Governo Federal, certamente as suas palavras terão uma repercussão maior do que a que normalmente obtemos aqui, da tribuna do Senado. Contudo, faltará a ele a difusão eletrônica que a TV Senado nos proporciona. E, em atenção à ausência de Waldeck Ornelas no seio do Senado Federal, embora momentaneamente, em que S. Ex^a continua a fazer os seus pronunciamentos dentro da linha doutrinária em que se assenta aquela aliança socialdemocrata liberal, sobre a qual, há poucos minutos, falava o Senador Artur da Távola, S. Ex^a continua a exercer esse múnus de pedir e proclamar a continuidade dessa aliança que muito tem feito em favor do País e que muito fará ainda.

Assim, Sr. Presidente, vou me permitir ler as palavras de Waldeck Ornelas em trabalho de sua autoria publicado no jornal *O Globo* do Rio de Janeiro, na data de hoje. Considero importante fazer essa leitura, ou seja, Waldeck Ornelas falará através de minha voz, porque é uma reafirmação do pensamento político que rege aquela aliança liberal e socialdemocrata em que vem sendo pavimentado o futuro do Brasil.

O trabalho de Waldeck Ornelas tem o título de "Previdência, reforma essencial", que passo a ler:

"Encontra-se em fase final de tramitação, na Câmara dos Deputados, a última das emendas que integram a primeira etapa do ciclo de reformas constitucionais. De todas elas é, sem dúvida, a de relação mais direta com a vida de cada cidadão brasileiro.

De todas elas é, também, aquela em que o Congresso Nacional participou mais ativamente, modificando, agregando, suprimindo, aperfeiçoando, introduzindo novos conceitos. Trata-se, aliás, da única dessas emendas que, apreciada por uma das Casas, sofreu modificações na outra, e voltou para ser revista.

Não é para menos. A Previdência Social é o instrumento por meio do qual as pessoas asseguram para si, no futuro, condições de auto-sustentação. Contribuem durante toda a vida economicamente ativa, para permitir-se uma velhice sem sobressaltos. A questão é que a Previdência Social brasileira do presente não garante isso.

Os problemas acumularam-se ao longo do tempo: benefícios foram concedidos sem prévia contribuição, reduzindo porém a exclusão social; privilégios descabidos foram assegurados para uns poucos, criando desnível em relação à grande maioria dos trabalhadores; a fraude e a sonegação grassaram impunemente por largo tempo, entre outras mazelas.

Ademais, existe uma clara mudança no perfil demográfico da população brasileira. Nas duas últimas décadas, é notável a redução da taxa de crescimento populacional, a que se agrega uma forte presença do trabalho informal no nosso mercado. Com isso, diminui o número de contribuintes em relação ao de beneficiários: já foi de dez para um, aproxima-se perigosamente da instável relação de um para um. Do mesmo modo, há maior longevidade da população, decorrente da melhoria das condições de vida. Em 1997, exclusive pensionistas, nada menos que 4.787 mil benefícios foram pagos a pessoas com mais de 70 anos de idade, com uma participação de 36,8%, que se eleva continuamente.

Como consequência, a Previdência Social apresenta um déficit estrutural que se agravará ano a ano, caso não sejam mudadas as suas bases.

E a sociedade brasileira é duplamente apenada por esse déficit: de um lado, porque os segurados não têm a segurança de que receberão no futuro a retribuição pelas contribuições que fazem no presente; de outro, à medida que o Tesouro tem de socorrer financeiramente a Previdência, o Governo deixa de fazer investimentos em educação, saúde, assistência social, infra-estrutura e outros setores que beneficiam toda a população. Tornou-se, assim, indispensável promover o ajustamento da Previdência Social.

Paradoxalmente, contudo, esta é a reforma que tem sido vítima de maior desinformação e de distorção junto à opinião pública – em face de opiniões equivocadas e divergentes – gerando dúvidas e incertezas frequentemente descabidas.

Ora, a reforma em fase final de tramitação no Congresso contém elementos que visam, fundamentalmente, a corrigir o rumo da Previdência Social no Brasil, como já fizeram vários outros países, recolocando-a em condições de cumprir com sua função so-

cial, em vez de tornar-se fator de instabilidade e insegurança.

Para tanto, princípios muito claros e objetivos são estabelecidos, visando, sobretudo, a defender os interesses dos segurados. Senão, vejamos:

1. Os aposentados e pensionistas têm assegurados os seus direitos adquiridos. A esse respeito, aliás, vale assinalar que 79% desses percebem até R\$240 por mês. Na medida em que persistem, os privilégios inibem que se melhore, gradativamente, a retribuição dos que percebem menos, inclusive a elevação do próprio salário mínimo;

2. Quem já tem condições de se aposentar ou venha a adquirir essa condição até a data da promulgação da emenda também não precisa se preocupar: estão assegurados os direitos de todos os que, tendo cumprido os requisitos, ainda não tenham se aposentado. Poderão fazê-lo a qualquer tempo, pelas regras em vigor antes da aprovação da reforma, ainda que na vigência das novas regras. Não há razão, pois, para uma corrida à aposentadoria;

3. Há uma clara regra de transição para os que estão atualmente contribuindo e ainda não têm condições de se aposentar – aliás um dos aperfeiçoamentos introduzidos pelo Congresso -, que prevê 53 anos de idade com 35 de contribuição para os homens e 48 anos de idade com 30 de contribuição para as mulheres. Uma tabela detalha, ano a ano, o quanto falta para a aposentadoria de cada segurado. Para o servidor público, os mesmos limites de idade, acrescidos de cinco anos de efetivo exercício no cargo;

4. Para os que ingressarem no mercado de trabalho após a reforma, se homem, 60 anos de idade, com 35 anos de contribuição, ou 55 anos de idade com 30 de contribuição, para as mulheres. No caso de servidores públicos, os mesmos limites, exigidos um mínimo de dez anos de serviço público e cinco anos no cargo;

5. Fica mantido o preceito constitucional (atuais arts. 40,III, "d" e 202, I, da CF) de 65 anos para o homem e 60 para a mulher, para aposentadoria por idade, proporcional ao tempo de serviço – que passa a ser considerado tempo de contribuição – reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores

rurais de ambos os sexos. Esse limite vige desde 1960 – há 38 anos, portanto, para o Regime Geral da Previdência Social (setor privado), que abrange 90% dos trabalhadores brasileiros.

É nosso dever e nossa obrigação estabelecer bases sólidas, estáveis e auto-sustentáveis para o sistema de Previdência Social no Brasil. Esse é o sentido e o conteúdo da reforma. O seu objetivo mais alto é o de assegurar os direitos de cidadania da imensa massa de trabalhadores que contribui compulsoriamente para a Previdência Social.

Nós não temos o direito de transferir para a geração de nossos filhos uma conta tão elevada, um passivo que talvez não consigam honrar, salvo comprometendo suas próprias condições de vida. Não é essa uma herança que os pais devam deixar para os filhos.

Não se trata, pois, de uma reforma para o Governo, mas de uma reforma para o País e, sobretudo, uma reforma para a sociedade brasileira.

Fazer a reforma da Previdência é, por isso mesmo, uma questão de responsabilidade social."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, essas foram as palavras de Waldeck Ornelas que patenteiam, com a maior clareza, a posição que S. Ex^a já vinha seguindo no Senado Federal, a posição do seu Partido, do meu Partido – Partido da Frente Liberal, de apoio à reforma do Estado e à nova ordem econômica para o Brasil.

Quero dizer, finalmente, que compromissos anteriormente assumidos impediram-me de abraçar pessoalmente Waldeck Ornelas na sua posse no Ministério da Previdência Social, como era meu desejo. Pretendia levar-lhe os meus parabéns, parabéns esses dirigidos melhor ao Governo Federal que o tem como Ministro. Queria, também, levar-lhe a minha solidariedade de Senador, de amigo, de admirador e de companheiro de Partido e almejar-lhe sucesso, pleno êxito no exercício de suas funções, para que leve a bom termo essa missão que lhe foi confiada pelo Presidente da República.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, por 20 minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acabo de retornar de uma longa viagem que fiz à República Popular da China, onde defendi os interesses do Esta-

do do Tocantins, que se propõe a desenvolver projetos que possam fortalecer a economia do Estado em parceria com o povo chinês e deparo-me com a triste notícia do passamento do eminente Ministro das Comunicações, Sérgio Motta. Em nome do Partido Progressista Brasileiro, PPB, e em meu nome próprio, gostaria de deixar registradas nos Anais desta Casa as nossas manifestações de condolências, de sentimento profundo por essa perda irreparável, por essa lacuna imensa que deixa o Ministro Sérgio Motta no serviço público brasileiro e certamente no convívio dos seus familiares e dos seus amigos.

Não tive, Sr. Presidente, o privilégio de privar-me da amizade do Ministro Sérgio Motta nem de ter com ele um convívio mais estreito, mas tive o ensaio, sim, de, como Senador, apoiar e desenvolver um trabalho conjunto nesse extraordinário programa que traçou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, de promover profunda e necessária alteração no sistema de telecomunicações do País, tão bem conduzido em seu Ministério pelo Ministro, que, de forma incansável, enfrentava e enfrentou, com muita coragem, com inquestionável coragem, com determinação intensa, os mais diversos obstáculos que se antepuseram ao arrojado projeto que vinha levando a termo, de modernizar a estrutura de telecomunicações do País, permitindo que o Brasil se preparasse para fazer face à demanda intensa da população brasileira, de uma forma mais moderna, racional e econômica de se comunicar e de poder definitivamente participar de forma igualitária desse grande mercado comum em que se está transformando o mundo com a sua globalização.

Venceu o Ministro Sérgio Motta, por diversas vezes, todos os obstáculos que se lhe antepuseram, todas as forças que resistiam a seu intento, ao seu esforço de levar a bom termo os propósitos que foram cometidos ao seu Ministério, quer no plano pessoal, quer no plano profissional, já que ele, pelo trabalho, pelo desenvolvimento, pelas ações que pudemos acompanhar à frente do Ministério, mostrou-se um homem de caráter forte, de caráter forjado na têmpera da coragem e do trabalho. E foi assim que conheci e que pude apoiar as ações do Ministro Sérgio Motta ao longo do exercício do seu honroso mandato à frente daquele importante Ministério. Venceu ele, sim, por muitas vezes, até no plano pessoal, as questões de saúde, os problemas da doença. Por várias vezes, ela quis tirá-lo da sua determinação, da sua caminhada, da sua jornada, do seu esforço constante para dar ao Brasil e aos brasileiros um serviço de comunicação mais moderno. Ma-

a fatalidade não lhe permitiu concluir esse trabalho. E hoje, aqui no Senado e no Brasil, sentimos profundamente essa perda, e sabemos que essa lacuna que se abre no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a ausência do Ministro Sérgio Motta, com certeza será dificilmente preenchida com as condições técnicas, a determinação, a coragem e o caráter que lhe emprestou o Ministro Sérgio Motta.

Por essa razão, Sr. Presidente, reitero as manifestações de condolências, em meu nome, em nome do Estado de Tocantins e do Partido Progressista Brasileiro, aos familiares, amigos, companheiros e colegas do Ministro Sérgio Motta. Que ele seja recebido por Deus e que tenha uma vida tranquila no Olimpo, lugar para onde Deus o levou.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 134, de 1998 (nº 468/98, na origem), de 16 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 20 a 25 do corrente, a fim de realizar visita de Estado ao Reino da Espanha.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 134, DE 1998
(Nº 468/98, na Origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal,

Tenho a honra de informar Vossas Excelências de que deverei ausentar-me do País no período de 20 a 25 de abril de 1998, para realizar Visita de Estado ao Reino da Espanha.

2. Minha visita à Espanha visa a demonstrar nosso interesse na continuidade da aproximação com esse país – que vem, ao longo dos últimos anos, ocorrendo em grandes proporções nas mais diferentes áreas do relacionamento e que se acha solidamente firmada na crescente presença econômica espanhola no Brasil –, bem como nosso empenho na identificação de novas áreas de trabalho conjunto. A visita deverá contribuir, ademais, para a consolidação do forte interesse empresarial espanhol pelo Brasil, reforçando a confiabilidade e a atratividade de nossa economia.

3. Em Madri, manterei contatos com o Rei Juan Carlos I, com o Presidente do Governo espanhol, José María Aznar, e com outras importantes personalidades do cenário político e empresarial da Espanha, devendo participar de sessão solene no Congresso dos Deputados. Em Salamanca, receberei da Universidade de Salamanca o título de Doutor **Honoris Causa** e, em Santiago de Compostela, capital da Galícia, encontrar-me-ei com o Presidente do Go-

verno galego, Manuel Fraga Iribarne – um dos principais nomes do cenário político espanhol –, que visitou o Brasil no mês passado.

4. Brasil e Espanha acham-se fortemente vinculados por elementos históricos (união ibérica, imigração espanhola), políticos (semelhanças dos processos de redemocratização), regionais (vínculos entre Europa e América Latina) e econômicos (programas de modernização e inserção mundial de suas economias). Com base nesses fundamentos favoráveis, o relacionamento de ambos os países deverá continuar a crescer nos próximos anos, sendo inúmeras as vantagens recíprocas resultantes de uma parceria mais ativa, tanto no setor público quanto no privado. Minha Visita de Estado à Espanha visa precisamente a fortalecer essa parceria.

Brasília, 16 de abril de 1998. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 134 DE-I/ARC-MRE – PEXT GVIO BRAS ESPA

Brasília, 15 de abril de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência as anexas minutas de Mensagens aos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, pelas quais Vossa Excelência comunica seu afastamento do País, com o fim de realizar Visita de Estado ao Reino da Espanha, no período de 21 a 25 de abril de 1998.

2. A visita de Vossa Excelência àquele país, visa a demonstrar o interesse do Brasil na continuidade da aproximação com a Espanha – que vem, ao longo dos últimos anos, ocorrendo em grandes proporções nas mais diferentes áreas do relacionamento e que se acha solidamente firmada na crescente presença econômica espanhola no Brasil –, bem como o empenho brasileiro na identificação de novas áreas de trabalho conjunto. A visita deverá contribuir, ademais, para a consolidação do forte interesse empresarial espanhol pelo Brasil, reforçando a confiabilidade e a atratividade de nossa economia.

3. Em Madri, vossa Excelência manterá contatos com o Rei Juan Carlos I, com o Presidente do Governo espanhol, José María Aznar, e com outras importantes personalidades do cenário político empresarial da Espanha, devendo participar de sessão solene no Congresso dos Deputados. Em Salamanca, vossa Excelência receberá, da Universidade de Salamanca, título de Doutor **Honoris Causa** e, em Santiago de Compostela, capital da Galícia, encontrar-se-á com o Presidente do Governo galego, Manuel Fraga Iribarne – um dos principais nomes do

cenário político espanhol –, que visitou o Brasil no mês passado.

4. Brasil e Espanha acham-se fortemente vinculados por elementos históricos (união ibérica, imigração espanhola), políticos (semelhanças dos processos de redemocratização), regionais (vínculos entre Europa e América Latina) e econômicos (programas de modernização e inserção mundial de suas economias). Com base nesses fundamentos favoráveis, o relacionamento de ambos os países deverá continuar a crescer nos próximos anos, sendo inúmeras as vantagens recíprocas resultantes de uma parceria mais ativa, tanto no setor público quanto no privado. A Visita de Vossa Excelência visa, precisamente, fortalecer essa parceria.

Respeitosamente, – **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – O Sr. Senador Júlio Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, cresce cada vez mais em importância, em todos os países, o papel das bolsas de mercadoria. Elas constituem uma verdadeira indústria de intermediação, dotada da importante função de formação e sinalização dos preços de produtos, mercadorias e **commodities**.

O negócio da promoção do equilíbrio, estabilidade e visibilidade dos preços das mercadorias inclui a evolução dos seus preços no futuro. Isso permite aos agentes econômicos obter liquidez para seus produtos e possibilita a neutralização de riscos, o chamado **hedging**. São funções, aberturas e possibilidades de suma importância para produtores, grandes consumidores, atacadistas, exportadores, importadores e investidores em geral.

No Brasil, essa atividade vem-se desenvolvendo de maneira notável, trazendo grande benefício à economia nacional. A Bolsa de Mercadorias e Futuros conta somente onze anos de existência, mas já tem uma atuação marcante e influente na vida de nossos mercados de produtos. Nesses poucos anos, a Bolsa de Mercadorias e Futuros consolidou sua atuação nos mercados nacionais e lançou projetos de longo prazo, como o de desenvolvimento dos mercados agrícolas, um programa educacional e uma postura de internacionalização.

No âmbito do projeto de internacionalização, a Bolsa de Mercadorias e Futuros buscou mostrar-se cada vez mais aos investidores estrangeiros, partici-

par dos principais eventos da indústria de derivativos em nível mundial e estruturar-se internamente para a abertura de seus mercados.

O conceito de internacionalização é importante. Trata-se, basicamente, de criar as facilidades necessárias para, de um lado, possibilitar aos investidores estrangeiros operar em nossos mercados e, de outro, desenvolver contratos referenciados em **commodities** de interesse internacional, principalmente no âmbito do Mercosul. Ganhariam com isso nossas empresas de intermediação, que já vêm alcançando a maturidade necessária para tanto, e ganharia o País, que fortaleceria sua indústria de liquidez. Essa atividade econômica é, hoje, cuidadosamente cultivada pelos governos que dispõem dos principais centros financeiros mundiais.

Com o advento, em nossa economia, de um cenário de estabilidade e de maior integração com as economias mais desenvolvidas, a Bolsa de Mercadorias e Futuros propôs às autoridades reguladoras simplesmente alargar a base do mercado, permitindo a participação de qualquer investidor estrangeiro nos negócios da Bolsa. Isso, num contexto de aprimoramento dos serviços oferecidos por nossa indústria de intermediação, com vistas a adequar-se às exigências desses investidores.

Essa idéia inicial, no entanto, não prosperou, pois ela continha conflitos potenciais com a necessidade do plano de estabilização, o Plano Real, de exercer um estrito controle sobre os fluxos monetários. A Bolsa de Mercadorias e Futuros, diante da resistência das autoridades econômicas, buscou soluções criativas, evitando incorrer na atitude de insistir e bater na mesma tecla, em que o mercado pleiteia e o governo nega. Ao invés disso, em uma postura pró-ativa, a Bolsa formulou nova proposta que não traz inconvenientes à autoridade monetária, nem à estabilização da economia, mas permite o desenvolvimento de nossos mercados de intermediação.

A proposta é a criação de uma Bolsa do Mercosul, a ser viabilizada através da constituição de uma bolsa no exterior, uma filial da Bolsa de Mercadorias e Futuros em outro país.

A globalização crescente da economia mundial, aliada ao desenvolvimento sem precedentes das tecnologias de telecomunicações e informática, tem permitido que vários mercados funcionem, concomitantemente, no mundo inteiro, tendo centralizadas apenas as atividades de liquidações de posições num único país. Um bom exemplo disso é a **Euro-clear**, uma das principais centrais de liquidação e custódia de títulos internacionais, que, sediada na

Bélgica, liquida operações realizadas em todo o mundo, inclusive no Brasil.

A Bolsa do Mercosul proposta, sediada no exterior, seria formada pelas corretoras brasileiras. Seus negócios poderiam ser realizados através de terminais de vídeo ou no próprio pregão da Bolsa de Mercadorias e Futuros, em São Paulo. Entretanto, apenas investidores estrangeiros poderiam operar nos mercados administrados por essa nova bolsa. Todos os contratos seriam não só denominados em dólar como também liquidados em dólar. Ou seja, não ocorreria, em nenhum momento, o fluxo de moeda pelos mercados nacionais, não havendo, portanto, conflito de controle monetário.

É uma proposta de grande simplicidade e importância. Com ela, toda a indústria brasileira de liquidez e corretagem veria aumentar suas carteiras de clientes. Por outro lado, evitar-se-ia a constrangedora situação de assistirmos à exportação de nossos mercados e, pior, a iniciativas de bolsas americanas na criação de centros de negociação na América Latina, que visam a explorar o potencial dos mercados do Mercosul. Ora, esse é um papel que as corretoras brasileiras têm toda a condição de assumir, competitivamente e com vantagens comparativas.

De fato, o Brasil possui os atributos para tornar-se líder na negociação de derivativos referenciados em produtos do Mercosul. Abrir mão dessa oportunidade significa transferi-la a terceiros. Interesses não faltam, como se pode verificar tomando como exemplo o recente acordo entre a **Chicago Board of Trade** e o **Merval**, da Argentina. Estamos perdendo uma oportunidade única, pois é sabido que a liquidez, uma vez instalada num mercado, dificilmente pode ser transferida para outro. Perde, com isso, a indústria de corretagem nacional, o que é lamentável depois de tanto investimento próprio e esforço no desenvolvimento de produtos, em tecnologia avançada e na especialização de pessoal.

A proposta nova da Bolsa de Mercadorias e Futuros não traz vantagens tão dramáticas como a anterior, que tratava da participação direta dos investidores estrangeiros em nossos mercados. Mas é uma proposta de compromisso, criativa, que demonstra um amadurecimento do empresário brasileiro, já que busca soluções para crescimento e desenvolvimento sem gerar ônus para o Estado, sem interferir em questões macroeconômicas, sem subsídios e sem pleitos que estabeleçam privilégios.

A esse amadurecimento por parte do empresário deve responder o Governo com igual maturidade, reconhecendo a engenhosidade e a viabilidade da

nova proposta, evitando o imobilismo, assumindo uma postura de somar esforços, de realizar o possível, de dividir responsabilidades com a iniciativa privada.

Sr. Presidente, a economia brasileira ingressa em uma nova era de expansão, de desbravamento de novos horizontes. Teremos que reconhecer a necessidade de tratar dos mais diversos problemas simultaneamente, dos mais dispareus universos. Enquanto cuidamos das carências extremas do País, enquanto enfrentamos o desafio de desenvolver as regiões periféricas, não podemos descurar do lado mais dinâmico e avançado da economia. Até mesmo porque o componente mais dinâmico, que inclui a complexa indústria de liquidez e intermediação, tem um papel fundamental na arrancada para superarmos atrasos, carências, marginalidades e vazios de desenvolvimento. Eis, pois, nosso apoio à proposta da Bolsa de Mercadorias e Futuros de criar uma Bolsa do Mercosul, com a marca brasileira de competência que temos sabido afirmar nesse setor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária deliberativa de quarta-feira, a realizar-se às 14h30min., a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 36, DE 1998
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento n° 250, de 1998 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n° 36, de 1998 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer n° 199, de 1998, Relator: Senador Romero Jucá), que autoriza a elevação temporária do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS, para que possa contratar operação de crédito externo, no valor total, em ienes japoneses, até o equivalente a duzentos e setenta e um milhões, dezessete mil, duzentos e vinte e oito dólares norte-americanos e noventa centavos, junto ao The Export-Import Bank of Japan – EXIMBANK.

– 2 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 19, DE 1996

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 19, de 1996, tendo como 1º signatário o Senador Waldeck Ornelas, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS, tendo

Pareceres sob nºs 274, de 1997, e 142, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara:

– 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

– 2º pronunciamento (sobre as emendas de Plenário): favorável às de nºs 3, 4, 5, 7 e 8, nos termos da Emenda nº 9-CCJ (substitutivo) que apresenta, e contrário às de nºs 2 e 6.

– 3 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 1996**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Peres, que altera o art. 57 da Constituição Federal (recesso parlamentar), tendo

Parecer favorável, sob nº 443, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Josaphat Marinho, com voto contrário do Senador Pedro Simon e abstenção do Senador Jefferson Peres.

– 4 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 1996**

Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 1996, tendo como 1º signatário o Senador Mauro Miranda, que altera a redação do art. 6º da Constituição Federal (inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia), tendo

Parecer favorável, sob nº 279, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 5 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 1996**

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1996, de autoria do Senador Pedro Simon e outros senhores Senadores, que convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional, altera o art. 55 da Constituição Federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 788, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece, com voto contrário do Senador Jo-

saphat Marinho, abstenção dos Senadores Pedro Simon e Lúcio Alcântara, e voto em separado do Senador José Eduardo Dutra.

– 6 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 1996**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1997)

Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1996, tendo como 1º signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório), tendo

Parecer sob nº 93, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável com a Emenda nº 1-CCJ que apresenta, e pela prejudicialidade da matéria que tramita em conjunto, com abstenção do Senador Josaphat Marinho.

– 7 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 24, DE 1997**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1996)

Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1997, tendo como 1º signatário o Senador Pedro Simon, que altera o art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório), tendo

Parecer sob nº 93, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, pela prejudicialidade, e pela aprovação da matéria que tramita em conjunto, com a Emenda nº 1-CCJ que apresenta, com abstenção do Senador Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 56 minutos.)

(OS Nº 12489/98)

**ATA DA 30ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1998**

(Publicada no DSF, de 17 de abril de 1998)

RETIFICAÇÕES

À página nº 06652, na leitura de Projeto de Decreto Legislativo,

Onde se lê:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 39, DE 1998
(nº 496/97, na Câmara dos Deputados)

Leia-se:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 39, DE 1998
(Nº 496/97, na Câmara dos Deputados)

À página nº 06777, 2ª coluna, na leitura do Parecer, oferecendo a redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 1998,

Onde se lê:

PARECER Nº 202, DE 1998
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 1998.

Leia-se:

PARECER Nº 202-A, de 1998
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 1998.

**ATA DA 31ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1998**

(Publicada no DSF, de 18 de abril de 1998)

RETIFICAÇÃO

Trecho de Ata, às páginas nºs 06900 a 06904, que se republica, por haver saído com incorreções, no **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 1998**:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 1998

Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a instituir o Fundo Brasil de Cidadania – FUBRA, vinculado ao Ministério da Fazenda, destinado ao repasse

de recursos e ao oferecimento de financiamento ao Programa de Renda Mínima – PRM.

Parágrafo único. O Fubra é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente.

Art. 2º Configurará como capital inicial do Fubra 10% (dez por cento) da participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive instituições financeiras.

Art. 3º Constituem recursos do Fubra:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União;

II – cinqüenta por cento dos recursos recebidos em moeda corrente, títulos e créditos, inclusive decorrentes de acordos específicos, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização;

III – cinqüenta por cento dos recursos oriundos da concessão de serviço público e de obra pública, bem como da permissão ou autorização para a prestação de serviço público;

IV – cinqüenta por cento dos recursos oriundos da autorização ou concessão das atividades previstas no § 1º do art. 176 da Constituição Federal;

V – cinqüenta por cento dos recursos oriundos da contratação, com empresas estatais ou privadas, da realização das atividades previstas nos incisos I a IV do art. 177 da Constituição Federal;

VI – a renda oriunda dos imóveis pertencentes à União;

VII – outros bens, direitos e ativos da União, bem como créditos, transferências e repasses que lhe sejam conferidos;

VIII – rendimentos de qualquer natureza, afe-ridos como remuneração, decorrentes da aplicação do patrimônio do Fubra;

IX – doações, contribuições em dinheiro, valores, bens, móveis e imóveis que venha a receber.

Parágrafo único. Os saldos verificados no final de cada exercício serão obrigatoriamente transferidos para crédito do Fubra no exercício seguinte.

Art. 4º Visando conferir segurança, rentabilidade, solvência e liquidez às disponibilidades financeiras do Fubra, as aplicações dessas disponibilidades deverão ser efetuadas em conformidade com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, para as entidades de previdência privada fechada.

Art. 5º O Tesouro Nacional observará, para repasse dos recursos ao Fubra, os mesmos prazos legais estabelecidos para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 6º É instituído o Conselho Deliberativo do Fundo Brasil de Cidadania – COFUBRA, composto de nove membros e respectivos suplentes, com mandato de 2(dois) anos, sendo permitida uma recondução e assim definidos:

I – cinco representantes da sociedade civil, sendo um dos beneficiários ou de organizações de beneficiárias do PRM, um das entidades e organizações de assistência social, três de notório saber nas áreas de assistência social, de educação e de economia, indicados e nomeados pelo Presidente da República, bem como seus suplentes;

II – um representante do Ministério da Fazenda;

III – um representante do Ministério do Planejamento e Orçamento;

IV – um representante do Ministério da Previdência e Assistência Social;

V – um representante do Ministério da Educação.

§ 1º Compete ao representante do Ministério da Fazenda a presidência do Cofubra.

§ 2º Os Ministros de Estado serão os membros titulares do respectivo Ministério, cabendo, a cada um deles, indicar o respectivo suplente.

§ 3º A atividade exercida pelos membros do Cofubra é considerada como de relevante serviço prestado à Nação, não recebendo, seus membros, qualquer remuneração.

§ 4º As reuniões e decisões do Cofubra terão ampla publicidade e divulgação.

Art. 7º Compete ao Cofubra, gerir o Fubra e deliberar sobre as seguintes matérias:

I – aprovar e acompanhar a execução dos Planos de Trabalho Anual e Quinquenal do PRM e os respectivos orçamentos;

II – deliberar sobre a prestação de contas e os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fubra;

III – elaborar e divulgar, anualmente, a proposta orçamentária do Fubra e o quadro demonstrativo do planejamento plurianual das respectivas receitas e despesas, visando o equilíbrio orçamentário e financeiro nos cinco exercícios subsequentes, bem como eventuais alterações;

IV – propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao PRM e regulamentar os dispositivos desta Lei no âmbito de sua competência;

V – decidir sobre sua própria organização, elaborando seu regimento interno;

VI – fiscalizar a administração do Fundo, podendo solicitar informações sobre quaisquer atos administrativos;

VII – divulgar, no Diário Oficial da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do Fubra e os respectivos pareceres emitidos;

VIII – publicar relatório anual detalhado de suas atividades e resultados;

IX – definir sobre a aplicação das disponibilidades transitórias de caixa do fundo;

X – deliberar sobre outros assuntos de interesse do PRM e do Fubra.

Art. 8º Competirá ao Ministério da Fazenda as tarefas técnico-administrativas relativas à gestão do PRM e as despesas relativas à implantação do Fubra.

Art. 9º O Banco do Brasil S/A. funcionará como agente financeiro do Fubra.

Art. 10. São condições para a obtenção de financiamento ou de repasse de recursos do Fubra:

I – o compromisso de implementação na unidade da Federação receptora do investimento do PRM, através de legislação específica;

II – a comprovação de atendimento dos requisitos estabelecidos na Lei de Organização e Assistência Social – LOAS.

Parágrafo único. A definição dos projetos que terão preferência na liberação dos recursos do fundo será feita pelo Cofubra.

Art. 11. Os recursos do Fubra integrarão o orçamento da seguridade social, na forma da legislação pertinente.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

"Todo indivíduo nasce no mundo com um legítimo direito a uma certa forma de propriedade ou seu equivalente."

Thomas Paine
"Agrarian Justice", 1795

O projeto de Lei ora apresentado cria o Fundo Brasil de Cidadania – FUBRA, destinado a financiar o pagamento de uma renda mínima a todos os cidadãos brasileiros iniciando-se por aqueles que não dispõem de recursos suficientes para ter uma existência digna.

O fundo baseia-se no princípio, defendido, entre outros, por Thomas Paine, de que todos os cidadãos de um país devem ter direito ao usufruto da riqueza nacional.

A partir desse princípio, propõe-se que o Fubra seja constituído por parcela dos bens, direitos e ativos pertencente à União, ou seja, a todos os brasileiros. Assim, além das dotações orçamentárias específicas, o Fundo deve ser constituído, primordialmente, por ações de estatais; créditos, direitos e renda de imóveis da União; bem como parcela das receitas oriundas das privatizações, das concessões e permissões de prestação de serviços públicos e das concessões de direitos de exploração do subsolo.

A idéia de que todos os cidadãos compartilhem a riqueza foi posta em prática, em 1976, no estado americano do Alasca. O então governador, Jay Llammond, propôs à Assembléia Legislativa do Estado uma emenda constitucional, na qual pelo menos 25% (50% em 1980) de toda a receita dos royalties sobre a exploração de recursos naturais seria destinada a um fundo cujos lucros reverteriam em benefício de todos os seus habitantes.

O Fundo permanente do Alasca que era de US\$1 bilhão, em 1980, passou para US\$21,5 bilhões, em 1997, concedendo a todo o cidadão um dividendo que alcançou o valor de US\$1.296,00 anuais. O portfólio de investimentos do Fundo, em 30 de junho de 1994, encontra-se alocado da seguinte maneira: 55% em investimentos de renda fixa, 26% em títulos dos EUA, 12% em ações de empresas internacionais e 7% em empreendimentos imobiliários.

"Ao poupar uma parte da riqueza petrolífera do Alasca, ao proteger seu valor no longo prazo e ao investi-lo para que os retornos sejam utilizados de acordo com a decisão da legislatura, a cada ano, os alascanos encontraram uma maneira de converter um recurso não-renovável (petróleo) em um recurso completamente renovável (ações financeiras que produzem renda)" (Alaska Permanent Fund, 1994 Annual Report, p. 4).

O Programa de Renda Mínima, por seu turno, visa propiciar meios para que todas as famílias tenham recursos suficientes para que suas crianças, sobretudo na faixa etária de 7 a 14 anos, possam freqüentar a escola, ao invés de serem instadas, precocemente, a trabalhar no meio rural ou urbano, inclusive em atividades marginais como o tráfico de drogas e a prostituição.

O objetivo de longo prazo é que esse programa, expandido em sua cobertura de acordo com o progresso econômico da Nação, possa vir a garantir, no futuro, uma renda mínima de sobrevivência a cada cidadão brasileiro.

Assim, a focalização dos recursos do fundo para o atendimento dos cidadãos mais carentes é a primeira etapa de um projeto que venha a ser gradualmente ampliado até sua universalização.

Nesse contexto, propõe-se o aprimoramento gradual do Programa de Renda Mínima, o que só é possível com o suporte financeiro a ser garantido pelo Fundo Brasil de Cidadania – FUBRA.

Assim, a instituição do fundo em questão está intrinsecamente vinculada à ampliação gradual do programa, sendo, pois, fundamental para garantir verdadeira cidadania a cada integrante da população brasileira.

Tendo em vista o inegável alcance social das medidas propostas, solicito o apoio dos ilustres congressistas para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 17 de abril de 1998. – **Eduardo Suplicy**, Senador.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998

Art. 176.

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o **caput** deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

.....

.....

Art. 177.

I – a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

II – a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III – a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV – o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;

.....

.....

(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais, e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 707, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997.

Art.1º. Alterar o Ato nº 533-DGER, substituindo a servidora CLAUDIA LUCIANA DE LAMOUNIER BICALHO, matrícula 1991-SEEP, pela servidora LÚCIA MARIA ROCHA ARAUJO, matrícula 0913-SEEP, na qualidade de secretária.

Art.2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 20 de abril de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 708, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, RESOLVE:

Designar o servidor MARCO ANTONIO PEREIRA DA SILVA, matrícula 3044-SF, para exercer a Função Comissionada, Símbolo FC-04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1998.

Brasília, 20 de abril de 1998.

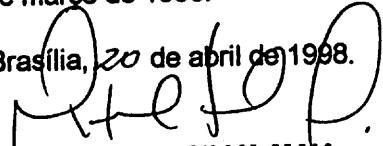
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 709, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar a servidora **LÍDIA GLÓRIA TESTA**, matrícula **1712-SEEP**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC07**, de **CHEFE DE SERVIÇO**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, responsável pelo primeiro turno, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC07**, de **CHEFE DE SERVIÇO**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 23 de março de 1998.

Brasília, 20 de abril de 1998.

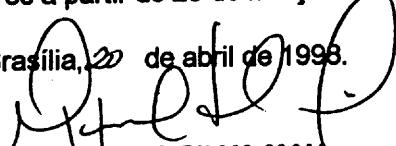

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 710, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Alterar o Ato nº 3558/97, do Diretor-Geral, que designou o servidor **ANAND RAO ADUSUMILLI**, matrícula **1323-SEEP**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC07**, de **CHEFE DE SERVIÇO**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, passando a exercer as suas funções no primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 23 de março de 1998.

Brasília, 20 de abril de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 711, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar a servidora MARIA MACIEL BRITTO GOMES, matrícula 1283-SEEP, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC06, de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial, responsável pelo primeiro turno, e designá-la para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC06, de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 23 de março de 1998.

Brasília, 20 de abril de 1998.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 712, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar a servidora CLÁUDIA REGINA BITTENCOURT BASTOS, matrícula 1407-SEEP, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC06, de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, responsável pelo terceiro turno, e designá-la para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC06, de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 23 de março de 1998.

Brasília, 20 de abril de 1998.

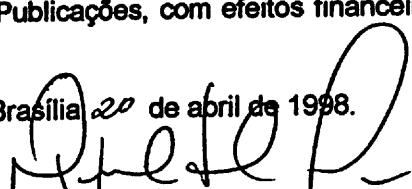
AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 713, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar o servidor JOSÉ LINDBERG BRANDÃO MOREIRA, matrícula 0621-SEEP, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, do Serviço de Aquisições, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, e designá-lo para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC06, de ASSISTENTE JURÍDICO, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 08 de abril de 1998.

Brasília, 20 de abril de 1998.

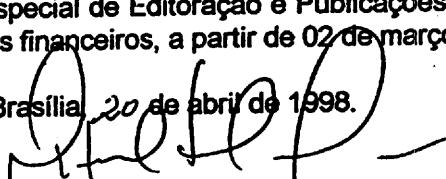

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 714, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar o servidor JOSÉ VALDI ALVES TORRES, matrícula 0647-SEEP, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC03, de AUXILIAR DE GABINETE, do Gabinete da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Impressão Ofsete, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros, a partir de 02 de março de 1998.

Brasília, 20 de abril de 1998.

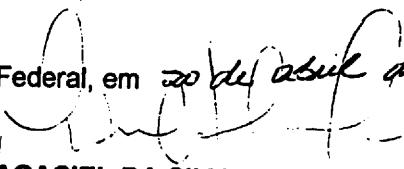

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 715, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.747/98-4

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, a servidora MARISA DOS SANTOS OLIVEIRA, Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 1990; com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 20 de abril de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 716, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004089/98-7,

RESOLVE dispensar o servidor GENILSON DO ESPÍRITO SANTO JAMAR, matrícula 2109, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Adjunto de Plenário, Símbolo FC-03, da Secretaria-Geral da Mesa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Comissão, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Comissões, com efeitos financeiros a partir de 23 de março de 1998.

Senado Federal, 20 de abril de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 717, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 13, § 6º., da Lei nº. 8.112, de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 9.527, de 1997,

R E S O L V E

Tornar sem efeito a nomeação de **ÉVERTON GROSSI DE ARAUJO ROCHA** para o cargo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, constante do Ato do Diretor-Geral nº. 389, de 1998, em virtude de não haver cumprido o prazo previsto para posse no referido cargo, de acordo com o disposto no art. 13, § 1º., da Lei nº. 8.112, de 1990, com as alterações da Lei nº. 9.527, de 1997.

Senado Federal, 20 de abril de 1998,



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 718, DE 1998

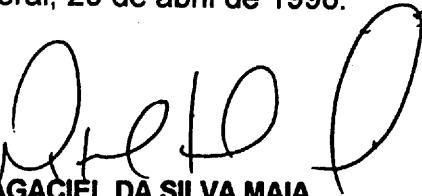
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **JOSÉ VALDO CAMPELO JUNIOR** para o cargo de Técnico Legislativo - Nível II, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade de Eletrônica e

Telecomunicações, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº. 349, de 1998, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 27 de fevereiro de 1998.

Senado Federal, 20 de abril de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

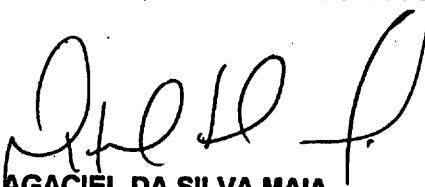
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 719, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997,

R E S O L V E

Nomear DAVID FERREIRA LOPES para o cargo de Técnico Legislativo - Nível II, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº. 349, de 1998, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 27 de fevereiro de 1998.

Senado Federal, 20 de abril de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

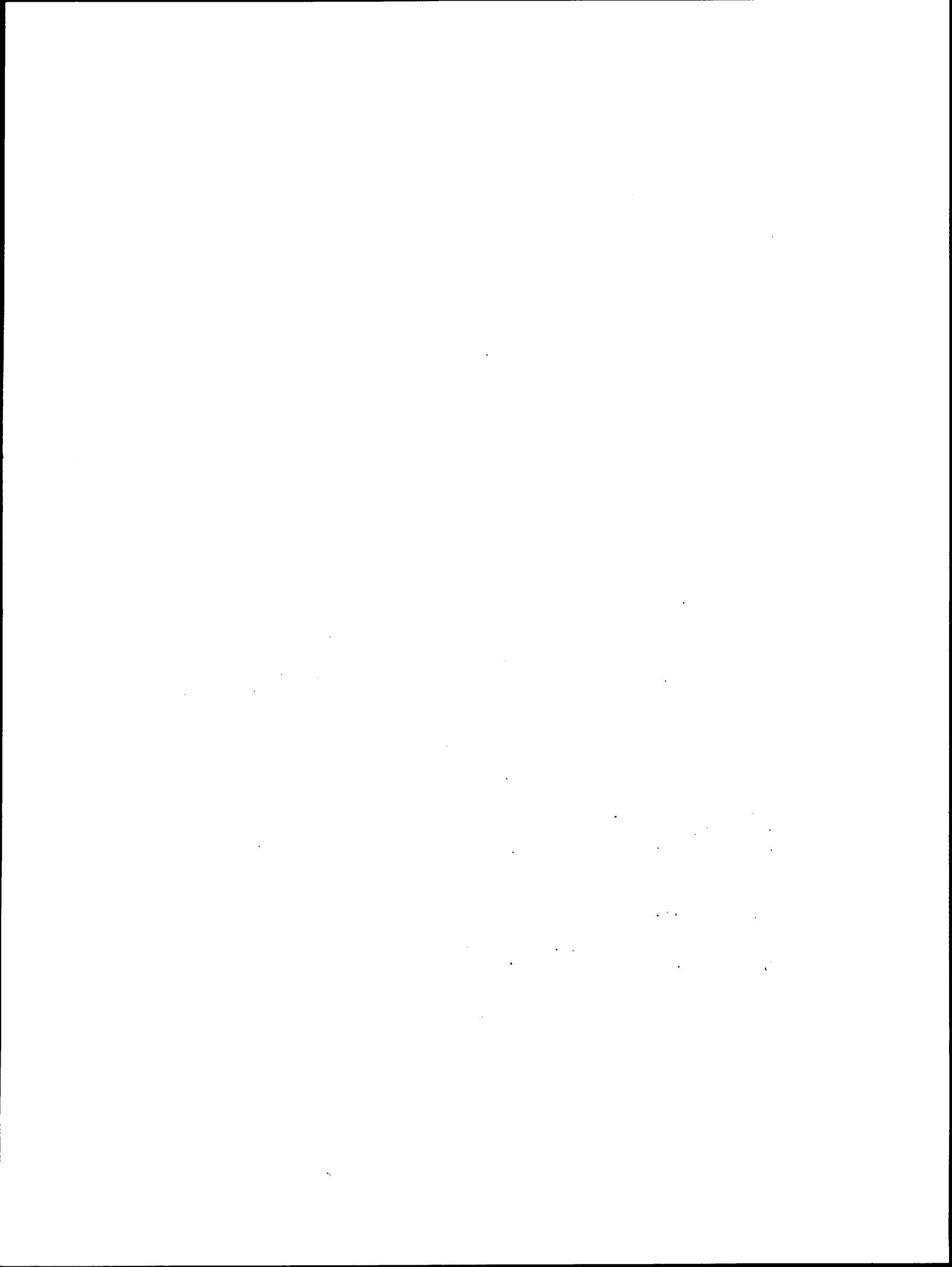
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 720, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.620/98-4

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, a servidora **ELMARA FERREIRA DE MAGALHÃES**, Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 1990; com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 20 de abril de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice - Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i> Suplentes de Secretário <i>1º Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Waldeck Ornelas - PFL - BA (3)</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Elcio Alvares - PFL - ES</i> Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Vilson Kleinübing - PFL - SC</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> LIDERANÇA DO PFL Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Franclino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i>	LIDERANÇA DO PMDB Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Carnata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvam Borges</i> LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PSDB Líder <i>Sergio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> <i>Coutinho Jorge</i> LIDERANÇA DO PPB Líder <i>Epitacio Caseteira</i> Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Esperidião Amin</i> LIDERANÇA DO PTB Líder <i>Odacir Soares</i>

(1) Reeleitos em 02-04-97.

(2) Designação: 16 e 23-11-95.

(3) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 07.04.98.

Atualizada em 13-04-98

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL -SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleintubing
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres¹
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Epitacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 13.04.98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramais: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramais: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramais: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramais: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramais: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramais: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramais: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramais: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramais: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramais: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramais: 4604),
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramais: 4607)
CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramais: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramais: 3516)
CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramais: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramais: 7285)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramais: 4609)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramais: 3496)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramais: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO (1)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLIO ALVARES	ES-3130/31
VAGO (2)		5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VAGO (3)		8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEbet	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
VAGO (1)		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO
---------------	------------	--------

(1) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(2) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA N° 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255**

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605 **FAX: 311-4344**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 15/04/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAŚ PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	8-VAGO	
VAGO (2)		9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3-PEDRO SIMON	RS- 3230/31
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-VAGO	

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 4's feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 16/04/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET****(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)****TITULARES****SUPLENTES****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-VAGO (2)	

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1NEY SUASSUNA	PB-4345/46
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-GILVAM BORGES	AP-2151/52
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-VAGO	

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BENI VERAS	CE-3242/43	4-VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-VAGO
---------------	--------------	--------

(1) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(2) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS**SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612****SALA N° 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541****FAX: 311-4315****Atualizada em: 16/04/98**

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
ROMEU TUMA	SP-2050/57
EDISON LOBÃO	MA-2311/46
1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
7-VAGO (3)	
8-VAGO	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO	7-VAGO
1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB	
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
BENI VERAS	CE-3242/43
1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
5-VAGO (2)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30
1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
4-VAGO	
PPB	
LEVY DIAS	MS-1128/1228
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/19
1-VAGO	

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Waldeck Omellas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **FAX: 311-3121**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5's feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 16/04/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPILCY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

VAGO		1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
------	--	-----------------	------------

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5° feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 16/04/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

**VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)**

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
VAGO (3)		7- VAGO (4)	

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5- VAGO	
VAGO (5)		6- VAGO	

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
VAGO (2)		4-VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPILCY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO
----------------------	-------------------	---------------

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

(2) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

(4) Em virtude da posse do Senador Waldeck Omellas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(5) Em virtude da posse do Senador Renan Calheiros como Ministro de Estado da Justiça, em 7.04.98.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)

FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3's feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 16/04/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO (3)	
JOÃO ROCHA	T0-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

JOÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (4)			
VAGO			

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO (2)			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPILCY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Waldeck Omellas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(4) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 16/04/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)**

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- VAGO (2)	

PMDB

VAGO (3)	JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO		

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
-------------------	-------------------	-----------------------	---------------------

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPILCY - PT	SP-3215/16
VAGO	

PPB + PTB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
---------------------------	-------------------	------------------------	-------------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES:

SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 14/04/98

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador NEY SUASSUNA (PMDB/PB)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES (PSDB/AM)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO FASSARELLA (BLOCO -
PT/PDT/PC do B/MG)

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PFL

ADAUTO PEREIRA	PB	5221	BENEDITO DE LIRA	AL	5215
ALEXANDRE CERANTO	PR	5472	VALDOMIRO MEGER	PR	5842
ARACELY DE PAULA	MG	5201	LAURA CARNEIRO	RJ	5516
BETINHO ROSADO	RN	5558	ROBERTO PESSOA	CE	5607
EULER RIBEIRO	AM	5544			
ROBSON TUMA	SP	5834			
JOSÉ ROCHA	BA	5908			
JÚLIO CÉSAR	PI	5654			
PAULO LIMA	SP	5507			
OSVALDO COÉLHO	PE	5444			
PAULO GOUVÉA	SC	5918			
LUIZ BRAGA	BA	5913			
SARNEY FILHO	MA	5202			

BLOCO PMDB/ PSD/PSL/PRONA

ALBÉRICO FILHO	MA	5554	HÉLIO ROSAS	SP	5478
CLEONÁCIO FONSECA	SE	5824	JOSÉ CHAVES	PE	5436
ARMANDO ABÍLIO	PB	5805	SANDRO MABEL	GO	5803
BARBOSA NETO	GO	5566	SÍLVIO PESSOA	PE	5425
GENÉSIO BERNARDINO	MG	5571			
LÍDIA QUINAN	GO	5223			
NEUTO DE CONTO	SC	5209			
ODACIR KLEIN	RS	5228			
OSCAR GOLDONI	MS	5448			
PEDRO NOVAIS	MA	5813			
SILAS BRASILEIRO	MG	5932			
UDSON BANDEIRA	TO	5466			
JOSÉ PRIANTE	PA	5748			

PSDB

ARNALDO MADEIRA	SP	5473	B.SÁ	PI	5643
BASÍLIO VILLANI	PR	5634	EMERSON OLAVO PIRES	RO	5318
CECI CUNHA	AL	5727	OLÁVIO ROCHA	PA	5431
CIPRIANO CORREIA	RN	5839	YEDA CRUSIUS	RS	5956
DANILO DE CASTRO	MG	5862			
FLÁVIO PALMIER DA VEIGA	RJ	5246			
JOÃO LEÃO	BA	5320			
LEÔNIDAS CRISTINO	CE	5535			
MARCUS VICENTE	ES	5362			
FÉDRO HENRY	MT	5829			
PIMENTEL GOMES	CE	5231			
ROBERTO ROCHA	MA	5529			

TITULARES**SUPLENTES****BLOCO PT/PDT/PC do B**

ARLINDO CHINAGLIA	SP	5706	EURÍPEDES MIRANDA	RO	5252
CHICO VIGILANTE	DF	5627	INÁCIO ARRUDA	CE	5528
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948	MARIA LAURA	DF	5475
GIOVANNI QUEIROZ	PA	5534	RENAN KURTZ	RS	5810
JOÃO COSER	ES	5514			
JOÃO FASSARELLA	MG	5283			
PAULO BERNARDO	PR	5379			
PAULO ROCHA	PB	5483			
SERAFIM VENZON	SC	5711			
SÉRGIO MIRANDA	MG	5462			

PPB

CLEONÁCIO FONSECA	SE	5824	CARLOS AIRTON	AC	5745
FELIPE MENDES	PI	5840	SILVERNANI SANTOS	RO	5625
JOSÉ JANENE	PR	5608	VAGO		
LUÍS BARBOSA	RR	5340			
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG	5819			
OSVALDO REIS	TO	5835			
ROBERTO BALESTRA	GO	5262			
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948			
AUGUSTO NARDES	RS	5530			
VAGO					

PTB

PHILEMON RODRIGUES	MG	5226	JOSÉ BORBA	PR	
ISRAEL PINHEIRO	MG	5373			
RODRIGUES PALMA	MT	5528			

PSB

GONZAGA PATRIOTA	PE	5430	FERNANDO LYRA	PE	
				5901	

PL

PEDRO CANEDO	GO	5611		
--------------	----	------	--	--

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

PFL

CARLOS PATROCÍNIO	TO	4068	ROMEU TUMA	SP	2051
JONAS PINHEIRO	MT	2271	JOSÉ ALVÉS	SC	4055
JOSÉ BIANCO	RO	2231			
JÚLIO CAMPOS	MT	4064			
ROMERO JUCÁ	RR	2111			
EDISON LOBÃO	MA	2311			

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT	2291	FERNANDO BEZERRA	RN	2461
FLAVIANO MELO	AC	3493	CASILDO MALDANER	SC	2141
JÁDER BARBALHO	PB	2441			
MARLUCE PINTO	RR	1101			
NEY SUASSUNA	PB	4345			
JOSÉ SAAD	GO	3149			

PSDB

COUTINHO JORGE	PA	3050	LÚDIO COELHO	MS	2381
JEFFERSON PÉRES	AM	2061			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES	2021			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301			

BLOCO PT/PDT/PSB/PPS

ANTONIO CARLOS	SE	2201	ADEMIR ANDRADE	PA	2101
VALADARES					
EDUARDO SUPLICY	SP	3213			
SEBASTIÃO ROCHA	AP	2241			

PPB

ERNANDES AMORIM	RO	2251	LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

ODACIR SOARES	RO	3218/19
---------------	----	---------

Atualizado em 04/03/98

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Samey

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
 VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
 SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
 SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
 (16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
VILSON KLEINUBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
WALDECK ORNELAS (1)	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES
TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI
SECRETARIA DA COMISSÃO:	

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
 FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
 FAX: (55) (061) 3182154
 SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 13/04/97.

**CONSELHO COMPOSTO
NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO
Nº 1, DE 1998-CN**

Conselho destinado a proceder à apreciação dos
trabalhos alusivos à comemoração do centenário de
morte do poeta Cruz e Sousa.
(Resolução nº 1, de 1998 - CN)

Senador Ronaldo Cunha Lima
Senador Esperidião Amin
Senador Abdias Nascimento
Deputado Paulo Gouveia
Deputado Miro Teixeira

Membro nato:
Senador Antônio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS